



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

No passado dia 11 de dezembro de 2020, o Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, declarou em intervenção na Assembleia da República, que o Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, conjuntamente com a consultora McKinsey, fez “uma avaliação de quais os setores críticos para o crescimento da economia portuguesa em função do impacto que a pandemia está a ter, quais os setores e empresas em que devemos concentrar a nossa atenção porque, a desaparecerem, o prejuízo para a economia portuguesa seria muito elevado“. Esta avaliação, que não é pública, terá concluído que “o setor do transporte aéreo é dos mais críticos para o futuro da economia portuguesa”, com isto pretendendo justificar a inevitabilidade dos vultuosos apoios financeiros concedidos e a conceder à TAP.

Sobre este mesmo tema, mas sem qualquer referência à consultora McKinsey, encontra-se no site do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, um outro estudo elaborado por este mesmo gabinete em junho de 2020, intitulado *COVID-19 - Retoma da Economia Portuguesa*. Este estudo apresenta, nas suas conclusões, uma análise relativa aos setores aos quais devem ser dirigidas as políticas públicas, onde o setor dos transportes aéreos surge nas últimas posições. Significa isto que existe um estudo efetuado e publicado pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia que não só não apoia as conclusões da análise que o ministro afirmou ter sido feita pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, conjuntamente com a McKinsey, como efetivamente as contraria no que diz respeito à razoabilidade da injeção de dinheiro dos contribuintes na TAP.

A Iniciativa Liberal considera importante esclarecer esta contradição entre um estudo conhecido e outro que não é público. Considera, também, que esta “avaliação de quais os setores críticos para o crescimento da economia portuguesa” referida pelo Ministro é fundamental para a compreensão do foco dos auxílios estatais à economia portuguesa, e para a fiscalização política destes mesmos auxílios, pelo que o documento conjunto com a McKinsey deve ser tornado público e enviado à Assembleia da República logo que possível.

Assim, ao abrigo da alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e nos termos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, o Deputado Único Representante da Iniciativa Liberal requer ao Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital os documentos elaborados pelo Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia e pela McKinsey, contendo a avaliação dos “setores críticos para o crescimento da economia portuguesa em função do impacto que a pandemia está a ter” e respetivas conclusões.

Na expectativa da vossa resposta rápida, apresentamos os nossos
Melhores Cumprimentos

Palácio de São Bento, 17 de dezembro de 2020

Deputado(a)s

JOÃO COTRIM DE FIGUEIREDO(IL)